



ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2026

Prezados Senhores, Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. Ao longo do ano, o Índice de Confiança do Empresário no setor industrial apresentou uma redução gradual, terminando o ano aos 48,5 pontos, como reflexo das incertezas e manutenção da alta taxa de juros no Brasil. Embora esse resultado demonstre um cenário ligeiramente pessimista de confiança no setor industrial brasileiro, o desempenho atual da indústria, principalmente da indústria de transformação, continua favorável, criando oportunidades de novos negócios para a ROMI. O cenário externo continua sendo um fator de atenção, com as economias globais enfrentando desafios de crescimento e nas políticas monetárias, assim como ainda existem tensões geopolíticas. Embora o ambiente atual demande cautela, especialmente nas decisões de investimento, a capacidade de adaptação e a busca por alternativas estratégicas ainda geram um otimismo moderado, refletido nas expectativas para os próximos meses. A subsidiária alemã B+W, no ano de 2025, continuou demonstrando sua capacidade de desenvolver soluções tecnológicas com elevado grau de complexidade e customização. O resultado foi um crescimento de 53,8% na entrada de pedidos, 46,6% no aumento de receita e melhora de 4,1 p.p na Margem Operacional (EBIT - Earnings Before Interest and Taxes) em comparação a 2024. Os últimos anos têm sido marcados por um ambiente de incerteza e alta volatilidade, com grandes desafios em relação à gestão de volume de produção, por exemplo. Diante disso, continuamos implementando medidas com o objetivo de tornar a estrutura mais leve, com uma forma ainda mais ágil e flexível de planejar e produzir, de modo a responder rapidamente às oscilações da demanda. Ao longo dos últimos anos, efetuamos diversas otimizações, principalmente, nas estruturas indiretas e na automatização e digitalização dos processos internos. Estrategicamente, definimos como prioridade o desenvolvimento de novas gerações de produtos, com evolução significativa no conteúdo tecnológico, alinhadas às necessidades da Indústria 4.0, sendo que os produtos lançados nos últimos anos se consolidaram com muito sucesso nos mercados doméstico e internacional. Focados no futuro, continuamos fortemente investindo no desenvolvimento das próximas gerações de máquinas e de novas tecnologias a serem embarcadas nos nossos produtos. Também lançamos, em meados de 2020, uma solução para os nossos clientes, a locação de máquinas ROMI. Essa solução tem se mostrado altamente competitiva e proporcionado aos clientes mais oportunidades de negócio. Com o objetivo de apoiar financeiramente nossos clientes, em 2022, criamos uma fintech, a PRODZ, que oferece linhas de crédito para a aquisição de máquinas, diretamente com a ROMI, de forma fácil, ágil, digital e descomplicada. A PRODZ realizou, desde 2022, cerca de 496 negócios, totalizando R\$188 milhões em créditos concedidos. Essas novas soluções têm suportado grande número de clientes em suas jornadas de crescimento e sucesso, demonstrando o propósito estratégico da ROMI de cuidar do sucesso de seus clientes. No mercado externo, continuamos a fortalecer nossas estruturas de atendimento aos clientes, com o propósito de proporcionar uma experiência cada vez mais positiva, acreditando que esse será o caminho para a consolidação e o crescimento internacional sustentável. Atualmente a Companhia faz parte dos seguintes índices da B3, sendo eles: IGC-NM (Índice de Governança Corporativa - Novo Mercado), IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada) e ITAG (Tag Along Diferenciado).

1. DESEMPENHO OPERACIONAL: Receita Operacional Líquida: A receita operacional líquida auferida em 2025 foi de R\$1,3 bilhão, 8,1% superior à registrada em 2024, devido principalmente ao incremento de receita da subsidiária alemã B+W. **Margens:** Em 2025, a margem bruta ajustada foi de 27,9%, que refletiu em uma queda de 1,6 pontos percentuais em relação à obtida em 2024, reflexo do menor volume de negócios, combinado ao elevado nível de custo fixo da Unidade Fundidos e Usinados. A margem operacional ajustada (EBIT) registrada em 2025 foi positiva em 6,0%, apresentando uma queda de 1,6 pontos percentuais em relação a 2024. **Resultado Líquido:** O lucro líquido ajustado do ano de 2025 foi R\$93,3 milhões.

2. POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS: A Companhia dispõe de uma Política de Dividendos, que tem por objetivo orientar as propostas de distribuição de lucros da Companhia, a serem efetuadas, pelo Conselho de Administração, à Assembleia Geral. Essa política propõe a Distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, imputáveis a Dividendos e líquidos de Imposto de Renda na fonte (JSCP), em valor mínimo equivalente a 33% (trinta e três por cento) do lucro líquido ajustado da companhia, no exercício, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras emanadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Respeitada a legislação e os Estatutos Sociais da companhia, o Conselho de Administração poderá propor a distribuição de Dividendos ou JSCP em montante inferior a 33% (trinta e

três por cento) do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da companhia, das condições macroeconômicas, estratégias de investimento, e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

3. INVESTIMENTOS: Ao longo do ano de 2025 foram investidos R\$181,6 milhões, sendo a maior parte deles destinados à automação, manutenção, produtividade, flexibilidade, competitividade das unidades do parque industrial e máquinas de fabricação própria alocadas para o negócio de locação de máquinas, todas dentro do plano de investimentos já previsto para o ano.

4. RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES COLIGADAS E/OU CONTROLADAS

		Percentual de participação					
		31.12.2025			31.12.2024		
		NÃO			NÃO		
		Direta	Indireta	Controladores	Direta	Indireta	Controladores
1.	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	99,99	0,01	–	99,99	0,01	–
1.1	Romi Machines UK Ltd.	–	100,00	–	–	100,00	–
1.2	Romi France SAS	–	100,00	–	–	100,00	–
1.3	Romi Máquinas España S.A.	–	100,00	–	–	100,00	–
2.	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	100,00	–	–	100,00	–	–
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	–	100,00	–	–	100,00	–
2.1.1.	Burkhardt + Weber/Romi (Shanghai) Co., Ltd	–	100,00	–	–	100,00	–
3.	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio")	93,07	–	–	6,93	93,07	–
4.	Romi BW Machine Tools, Ltd.	100,00	–	–	–	100,00	–
5.	Rominor Empreendimentos Imobiliários LTDA. ("Rominor Empreendimentos")	100,00	–	–	–	100,00	–
6.	Irsa Maquinas México S. de R.L. de C.V.	99,99	–	–	0,01	99,99	–
7.	ProdZ Administração e Gestão de Bens Ltda.	100,00	–	–	–	100,00	–
5.	AUDITORIA EXTERNA: Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.						
4.	ARBITRAGEM: As ações da ROMI encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.						

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
		Controladora		Consolidado				Controladora	
		31 de	31 de	31 de	31 de			31 de	31 de
		dezembro	dezembro	dezembro	dezembro			dezembro	dezembro
		de 2025	de 2024	de 2025	de 2024			de 2025	de 2024
ATIVO	Nota Explicativa					PASSIVO	Nota Explicativa		
CIRCULANTE						CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	220.589	119.073	376.534	262.220	Financiamentos	14	78.930	67.679
Aplicações financeiras	3	99.253	50.230	99.567	99.476	Financiamentos - FINAME fabricante	15	156.283	196.847
Contas a receber	4.i	93.513	108.446	210.389	209.783	Fornecedores		60.985	94.373
Contas a receber -						Salários e encargos sociais		30.389	29.909
Financiamentos PRODZ	4.ii	–	–	67.129	51.476	Impostos e contribuições a recolher		5.174	1.296
Valores a receber - repasse						Adiantamentos de clientes		28.058	32.220
FINAME fabricante	5	174.778	177.517	174.778	177.517	Participações a pagar		4.610	4.797
Estoques	6	479.026	478.208	696.508	715.544	Dividendos e juros sobre o capital próprio		28.930	17.817
Estoque de Máquinas de						Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		7.947	5.921
locação destinadas à venda	7	42.942	22.987	42.942	22.987	Outras contas a pagar	16	12.914	13.994
Partes relacionadas	9	24.596	27.728	–	–	Partes relacionadas	9	12.709	9.178
Impostos e contribuições a								426.929	474.031
recuperar	10	12.300	8.747	21.821	18.609	NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos		14.299	9.616	25.380	18.454	Financiamentos	14	476.922	261.645
		1.161.296	1.002.553	1.715.048	1.576.066	Financiamentos - FINAME fabricante	15	253.901	194.230
NÃO CIRCULANTE						Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	498	397
Contas a receber	4.i	5.777	4.948	31.674	21.846	Outras contas a pagar	9	397	13
Contas a receber -						Partes relacionadas	9	21.151	32.700
Financiamentos PRODZ	4.ii	–	–	36.383	29.508	Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	8	28.882	12.431
Valores a receber - repasse						Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	–	–
FINAME fabricante	5	259.277	248.657	259.277	248.657			781.751	501.416
Partes relacionadas	9	90.966	83.217	–	–			1.208.680	975.447
Impostos e contribuições a						TOTAL DO PASSIVO			
recuperar	10	50.461	65.593	50.467	65.599				
Imposto de renda e						PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
contribuição social diferidos	17	16.252	14.730	25.852	23.288	Capital social	19	988.470	988.470
Depósitos judiciais	16	19.549	12.131	19.549	12.131	Reserva de lucros		168.589	150.565
Outros créditos		14.037	10.319	14.551	8.739	Ajuste de avaliação patrimonial		89.571	87.710
		456.319	439.595	437.753	409.768			1.246.630	1.226.745
Investimentos em controladas	8	359.613	333.296	–	–	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES			
Imobilizado	12	464.443	412.911	546.493	497.420			–	2.249
Propriedade para investimento	11	13.500	13.500	13.854	14.283	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.246.630	1.226.745
Intangível	13	139	337	45.913	49.086	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.455.310	2.202.192
		1.294.014	1.199.639	1.044.013	970.557			2.455.310	2.202.192
TOTAL DO ATIVO		2.455.310	2.202.192	2.759.061	2.546.623			2.759.061	2.546.623

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
		Atribuído à participação dos controladores		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Lucro líquido do exercício	
		Nota Explicativa	Capital social	Retenção	Legal	Total	de lucros	Total	Participação dos acionistas não controladores
Saldo em 31 de dezembro de 2023		904.772	103.125	92.191	195.316	69.423	–	1.169.511	1.832
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	113.883	113.883
Efeito de conversão para moeda estrangeira		–	–	–	–	–	–	18.287	18.287
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		–	–	–	–	–	–	18.287	113.883
Aumento de capital	17	83.698	(83.698)	–	(83.698)	–	–	132.170	1.081
Juros sobre o capital próprio	18	–	–	–	–	–	–	(74.939)	–
Dividendos distribuídos por controlada		–	–	–	–	–	–	(74.936)	(74.936)
Transferência entre reservas		–	–	–	–	–	–	–	(645)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		83.698	(50.445)	5.694	38.947	–	–	(38.947)	(645)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		988.470	52.680	97.885	150.565	87.710	–	1.226.745	2.268
Saldo em 31 de dezembro de 2024		988.470	52.680	97.885	150.565	87.710	–	1.226.745	2.268
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	85.113	85.113
Efeito de conversão para moeda estrangeira		–	–	–	–	–	–	1.861	1.861
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		–	–	–	–	–	–	1.861	85.113
Juros sobre o capital próprio	18	–	–	–	–	–	–	86.974	86.974
Dividendos distribuídos por controlada		–	–	–	–	–	–	(67.089)	(67.089)
Transferência entre reservas		–	–	–	–	–	–	(1.076)	(1.076)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		–	–	–	–	–	–	(1.076)	(1.076)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		988.470	66.448	102.141	168.589	89.571	–	1.246.630	2.249

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
		Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024			Controladora 2025
Receitas							Receitas financeiras e variação cambial, líquidas		Controladora 2024
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		1.058.938	1.052.084	1.471.449	1.360.496		Valor adicionado total a distribuir		Consolidado 2024
Receitas relativas à construção de ativos próprios		126.278	122.399	126.278	122.399		Distribuição do valor adicionado		
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa		3.426	(8.114)	3.829	(6.719)		Pessoal		
Outras receitas operacionais, líquidas		3.954	2.166	17.562	28.171		Remuneração Direta		
		1.192.596	1.168.535	1.619.118	1.504.347		FGTS		
Insumos adquiridos de terceiros							Comissões sobre vendas		
Materiais consumidos		(678.424)	(639.414)	(858.177)	(717.887)		Participações e honorários da Administração		
Outros custos de produtos e serviços prestados		(49.790)	(49.310)	(56.370)	(50.777)		Benefícios (Planos de previdência privada aberta complementar)		
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas		(71.225)	(49.359)	(115.562)	(116.081)		Impostos, taxas e contribuições		
		(799.439)	(738.083)	(1.030.109)	(884.745)		Federais		
Valor adicionado bruto		393.157	430.452	589.009	619.602		Estaduais		
Depreciação e amortização	12-13	(57.585)	(47.930)	(70.086)	(60.613)		Municipais		
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		335.572	382.522	518.923	558.989		Juros		
Valor adicionado recebido em transferência							Aluguéis		
Resultado de participações societárias	8	22.447	18.128	–	–		Dividendos e Juros sobre o capital próprio declarados		
							Participação dos acionistas não controladores		
							Lucros retidos		
								18.024	38.947
							Valor adicionado distribuído		561.292
								387.987	593.288

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS									
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025									
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
1. INFORMAÇÕES GERAIS: A ROMI S.A. ("Controladora") e suas controladas (conjuntamente "Companhia" ou "Consolidado"), listada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, tem por objeto a indústria e o comércio e locação de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral, a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, incorporação imobiliária via suas controladas no Brasil, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros. O parque industrial da Companhia é formado por treze fábricas, em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, e um na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade voltada para a produção de máquinas-ferramenta de alta precisão. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior.									
2. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations									
					Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretation Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinadas instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como o valor líquido a realizar nos estoques mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R11)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R11)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento				

★ continuação									
<div><div><div><div><div><div></div></div><div>ROMI</div></div><div><div>Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63</div></div></div><div><div><div><div><div></div></div><div>ROMI3</div><div>B3 LISTED NM</div></div><div><div><div><div></div></div><div>igc</div><div>Índice de Ações com Tag Along Diferencial</div></div><div><div><div><div></div></div><div>itag</div><div>Índice de Ações com Tag Along Diferencial</div></div></div></div></div></div></div></div>									
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
<p>Atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - "Adoção inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: • Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou • Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras a Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.</p>									
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS:									
<p>Caixa e depósitos em conta-corrente Certificado de depósito bancário "CDB" (a) Outros</p>									
Total de caixa e equivalente de caixa									
<p>Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (b) Certificado de depósito bancário (c)</p>									
Total de títulos mantidos para negociação									
<p>(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI com vencimento em até 90 dias; (b) Refere-se a aplicações financeiras com rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI com vencimento acima de 90 dias; (c) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI com vencimento acima de 90 dias. As aplicações financeiras são remuneradas por taxa média de 100,57% do CDI em 31 de dezembro de 2024.</p>									
4. CONTAS A RECEBER E CONTAS A RECEBER - FINANCIAMENTOS PRODZ: (i) Contas a Receber:									
<p>Clientes no país (Brasil) Clientes no exterior</p>									
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa Circulante									
<p>Clientes no país (Brasil) Clientes no exterior</p>									
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa Não circulante									
<p>As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:</p>									
<p>Valores a vencer: Vencidos: De 1 a 30 dias De 31 a 60 dias De 61 a 90 dias De 91 a 180 dias De 181 a 360 dias Mais de 360 dias</p>									
Total									
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa Total circulante									
<p>Valores a vencer: 2027 2028 2029 e após</p>									
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa Total - não circulante									
<p>Os saldos acima estão líquidos do Ajuste a Valor Presente que são descontados a taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) no valor de R\$1.593 (R\$1.244 em 31 de dezembro de 2024).</p>									
<p>Valores a vencer: 2026 2027 2028 e após</p>									
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa Total - não circulante									
<p>A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:</p>									
Saldo em 31 de dezembro 2023									
<p>Créditos reconhecidos (baixados/utilizados) no exercício Créditos baixados definitivamente da posição Variação cambial</p>									
Saldo em 31 de dezembro 2024									
<p>Créditos reconhecidos (baixados/utilizados) no exercício Variação cambial</p>									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
<p>As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real. A constituição e a baixa das perdas estimadas para contas a receber <i>impaired</i> foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".</p>									
(ii) Contas a Receber - Financiamentos ProdZ: A ProdZ Administração e Gestão de Bens Ltda ("ProdZ") é um braço financeiro da Companhia que realiza atividades de concessão de linhas de crédito para financiamento de máquinas aos clientes, a fim de fomentar novos negócios. A movimentação dos saldos de contas a receber dessa entidade estão demonstrados abaixo:									
<p>Circulante</p>									
<p>Clientes no país</p>									
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa Não Circulante									
<p>Clientes no país</p>									
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa									
<p>Os saldos do contas a receber dos financiamentos PRODZ no ativo circulante em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, estão distribuídos conforme segue:</p>									
<p>Valores a vencer: Vencidos: De 1 a 30 dias De 31 a 60 dias De 61 a 90 dias De 91 a 180 dias De 181 a 360 dias Mais de 360 dias</p>									
Total									
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa Total circulante									
<p>O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, da PRODZ, está distribuído conforme segue:</p>									
<p>Valores a vencer: 2027 2028 2029 e após</p>									
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa Total - não circulante									
5. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE:									
<p>FINAME a vencer FINAME aguardando liberação (a) FINAME em atraso (b)</p>									
Circulante									
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa									
<p>FINAME a vencer FINAME aguardando liberação (a)</p>									
Não circulante									
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa									
Total									
<p>Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 14), e estão registrados pelos seus custos amortizados. FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda com prazos de até 60 meses, incluindo carência de até 6 meses, obedecendo às condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento. Adicionalmente, consideram-se para definição das condições de financiamento as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda, e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente. A diferença entre os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - é representada por: (a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente. (b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra estimativa de perda para eventual não realização desse saldo no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos em que a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber. Além disso, o saldo de R\$ 15 refere-se a juros a incorrer sobre títulos renegociados, credora no ativo (R\$ 12.336 em 31 de dezembro de 2024). As máquinas apreendidas como parte do processo de execução são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", aguardando a decisão final da justiça, quando então são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado,</p>									
continua ★									

★ continuação



ROMI

ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3

B3 LISTED NM



itag

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a taxa nominal de 5,79% ao (c) Em 10 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovaram a contratação de Financiamento no âmbito do Programa BNDES “Mais Inovação - Aquisição de Bens Inovadores”, com a finalidade de propiciar financiamento aos clientes da Companhia para aquisição de seus produtos, no valor total de R\$100.000, índice de correção TR (Taxa de Referência) acrescido de Spread do BNDES, tendo como garantia a hipoteca sobre os imóveis de propriedade da Companhia objeto das matrículas nº 34.310 e 69.544, registradas no Cartório de Registro de Imóveis de Santa Bárbara d'Oeste, SP, conforme os termos e condições aprovados pelo Comitê de Crédito e Operações do BNDES na Dec. CCOp nº 183/2024 - BNDES e nº 52/2024 - FINAME, ambas de 12/11/2024. (d) Em 12 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de linha de financiamento junto a instituição financeira Banco do Brasil S.A., no valor de até R\$5 milhões, com prazo de até 1 ano e taxa efetiva de até 4,7% ao ano, prestação com aval da subsidiária Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.. (e) Em junho de 2023, a subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH (“B+W”) firmou contrato de financiamento junto ao Itaú Unibanco S.A. (Nassau Branch) no valor de R\$3,5 milhões (equivalente ao montante atual de R\$18.910), pelo prazo de 3 anos, com garantia através de aval da Companhia. O financiamento tem juros fixos de 5,7% ao ano são devidos trimestralmente. Esta captação foi isenta de exigência de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. Em setembro de 2024, a subsidiária Burkhardt Weber Fertigungssysteme GMBH “B+W” firmou contrato de financiamento junto ao Itaú BBA Europe, S.A. (Luxembourg Branch) no valor de R\$3 milhões, pelo prazo de seis meses, com garantia através do aval da Companhia. O financiamento tem custos financeiros de 5,15%; em outubro de 2024, a subsidiária Burkhardt Weber Fertigungssysteme GMBH “B+W” firmou contrato de financiamento junto ao Itaú BBA Europe, S.A. (Luxembourg Branch) no valor de R\$4 milhões, pelo prazo de até um ano, com garantia através do aval da Companhia. O financiamento tem custos financeiros de até 5,25 a.a. %. (f) Em 29 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de linha de financiamento junto a instituição financeira BNDES Exim Pós-embarque Bens (Modalidade *Supplier Credit*), objetivando o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação para suas subsidiárias, nos termos das Decisões CCOp_06/2022 - FINAME e CCOp_20/2022 - BNDES, nos valores equivalentes a até (i) US\$ 8.000 ao custo financeiro da taxa LIBOR fixada em 2,2661% a.a., acrescido de 1,1% a.a. de spread e de 0,5% flat descontado na liberação do recurso; e (ii) €10.000 ao custo financeiro proveniente da “Euro Area Yield Curve” fixado em 0,131415% a.a., acrescido de 1,1% a.a. de spread e de 0,5% flat descontado na liberação do recurso, ambos com (a) prazo de 4 anos, com pagamento semestrais e vencimento da primeira parcela de principal no 12º mês a contar da data do embarque ou consolidação de embarques; e (b) garantia fidejussória pela Companhia, para a totalidade da dívida, por meio de endosso (ou cessão de crédito), com direito de regresso em favor do BNDES ou FINAME, conforme aplicáveis, nos títulos de crédito representativos do pagamento das exportações. (g) Em 04 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação Financiamento no âmbito do Programa BNDES “Brasil Soberano Crédito Emergencial - Giro Diversificação”, com a finalidade apoiar o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação, valor de até R\$200 milhões, com prazo até 31 de dezembro de 2030 e taxa de 3,53% a.a. Essa captação aplica-se aos covenants de Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75, a ser calculado ao fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2026; Restrição à distribuição de lucros acumulados durante 2025-2027, respeitadas as disposições do artigo 45, alíneas a e b e parágrafo único do Estatuto Social da Companhia que permite que, no exercício em que atendido o disposto no Estatuto com relação à destinação dos lucros, ainda houver saldo de lucro, este seja distribuído como dividendo, respeitando as disposições legais e demais disposições estatutárias aplicáveis; Obrigação de manter ou ampliar o nível de empregos conforme critérios definidos no contrato.

	Controladora			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2023	212.429	69.368	281.797	212.429	180.942	393.371
Novas captações	62.121	108.098	170.219	62.066	126.316	188.382
Pagamento do principal	(70.856)	(68.706)	(139.562)	(70.856)	(144.540)	(215.396)
Pagamentos de juros	(13.765)	(1.529)	(15.294)	(13.765)	(3.287)	(17.052)
Variação cambial e monetária (principal e juros)	—	15.921	15.921	—	63.455	63.455
Juros no final do exercício	13.037	3.206	16.243	13.037	3.566	16.604
Variação crédito rotativo (líquido)	—	—	—	—	35.043	35.043
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2024	202.966	126.358	329.324	202.911	261.496	464.407
Novas captações	200.000	92.575	292.575	200.000	92.575	292.575
Pagamento do principal	(15.508)	(46.671)	(62.180)	(15.508)	(59.435)	(74.943)
Pagamentos de juros	(22.732)	(5.124)	(27.856)	(22.732)	(5.424)	(28.155)
Variação cambial e monetária (principal e juros)	—	4.813	4.813	—	(17.383)	(17.383)
Juros no final do exercício	13.197	5.978	19.176	13.197	7.080	20.277
Variação crédito rotativo (líquido)	—	—	—	—	(45.495)	(45.495)
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025	377.923	177.929	555.852	377.868	233.414	611.282
Circulante	37.257	41.673	78.930	37.257	92.552	129.809
Não circulante	340.666	136.256	476.922	340.666	140.862	481.473
	377.923	177.929	555.852	377.923	233.359	611.282

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora	Consolidado
2027	233.122	233.122
2028	90.160	94.710
2029	85.760	85.760
2030 e após	67.880	67.881
Total	476.922	481.473

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”): A Companhia, em conformidade com suas necessidades financeiras, recorre com frequência a financiamentos tanto de bancos privados quanto públicos. Entre os financiamentos com contratos vigentes, as linhas contratadas junto ao BNDES são as que possuem cláusulas contratuais, conforme descrito a seguir: (i) Em 28 de abril de 2020, foi autorizada a contratação pela Companhia junto ao BNDES da Linha de Financiamento Exim Pré-embarque; (ii) Em 29 de março de 2022, foi contratada a Linha de Financiamento BNDES Exim Pós-embarque Bens (Modalidade *Supplier Credit*); (iii) Em dezembro de 2022, foi contratada a Linha de Financiamento BNDES Exim Pré-embarque para bens credenciados 4.0; (iv) Em 04 de dezembro de 2025, foi autorizada a contratação Financiamento BNDES “Brasil Soberano Crédito Emergencial - Giro Diversificação”. Nos quatro contratos firmados, foram estabelecidas cláusulas contratuais que impõem a constituição dos seguintes covenants: (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado (Dívida Líquida/EBITDA) deverá ser menor ou igual a 3,75, apurado com base no resultado consolidado acumulado nos últimos 12 meses, a partir da última Demonstração Financeira Padronizada ou da última Informação Trimestral. No contrato firmado em 2025 há previsão dos seguintes covenants: (i) Restrição à distribuição de lucros acumulados durante 2025-2027, respeitadas as disposições do artigo 45, alíneas a e b e parágrafo único do Estatuto Social da Companhia que permite que, no exercício em que atendido o disposto no Estatuto com relação à destinação dos lucros, ainda houver saldo de lucro, este seja distribuído como dividendo, respeitando as disposições legais e demais disposições estatutárias aplicáveis; (ii) Obrigação de manter ou ampliar o nível de empregos, conforme critérios definidos no contrato. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas dos contratos nos quais é parte.

15. FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE:

Saldo dos financiamentos FINAME

Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2023

Novas captações	195.986
Pagamento do principal	(168.991)
Pagamento de juros	(27.942)
Juros no final do exercício	219

Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2024

Novas captações	391.077
Pagamento do principal	(217.818)
Pagamento de juros	(174.014)
Juros no final do exercício	(23.746)
	(951)

Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Circulante	410.184
FINAME Fabricante	156.283
Não Circulante	253.901
FINAME Fabricante	410.184

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora dessa operação. Os saldos da rubrica “Financiamentos - FINAME fabricante” e, consequentemente os da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R\$23.871 em 31 de dezembro de 2025 (R\$35.097 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, além de montante de perdas para créditos de liquidação duvidosa já registrados, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas. Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora	Consolidado
Fiscais	31.12.2025 143	31.12.2025 143
Cíveis	3.070	4.780
Trabalhistas	5.232	5.232
Total	8.445	6.318
Passivo circulante	7947	9.657
Passivo não circulante	498	498
	8.445	6.318

16. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS: A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda provável, conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Fiscais	31.12.2025 143	31.12.2025 143
Cíveis	3.070	4.780
Trabalhistas	5.232	5.232
Total	8.445	6.318
Passivo circulante	7.947	9.657
Passivo não circulante	498	498
	8.445	6.318

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de inconstitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, cuja movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	Adições	Utilizações/reversões	Atualização monetária e Variação cambial	31.12.2025
Fiscais	150	—	(7)	—	143
Cíveis	2.743	6	(24)	—	3.070
Trabalhistas	3.426	5.913	(5.773)	1.666	5.232
Total Controladora	6.319	5.919	(5.804)	2.011	8.445
Processo em subsidiárias	154	1.677	—	—	1.711
Total Consolidado	6.372	7.576	(5.804)	2.011	10.155

Em 31 de dezembro de 2025, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, ou que constituem uma obrigação legal, é como segue: (a) **Processos cíveis:** Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações; e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros. (b) **Processos trabalhistas:** A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) diferença de horas extras e reflexos; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional; e (iv) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros. (c) **Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$19.549 em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024 - R\$12.131) de diversas naturezas, classificados no ativo não circulante, referente a processos remotos ou possíveis cujo valor mais relevante já é divulgado no item (d) acima. Do montante de R\$19.549, a Companhia depositou judicialmente o montante de R\$ 10.072, em 31 de agosto de 2021, que atualizados totalizam o valor de R\$ 14.999 em dezembro de 2025, que se refere ao processo de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, embora o trânsito em julgado tenha ocorrido em 21 de fevereiro de 2019, somente em 2 de setembro de 2020, a Receita Federal do Brasil resolveu verificar se os créditos tributários constituídos por meio de DCTF se referiam ao PIS e à COFINS efetivamente apurados sobre o ICMS incluído nas respectivas bases de cálculo. Para tanto foi expedido termos de intimação fiscal solicitando a apresentação de diversos documentos contábeis. Após análise, a Receita Federal do Brasil entendeu que a Companhia teria considerado, na apuração do PIS e COFINS incidentes sobre o ICMS destacado nas notas fiscais de saída, operações de venda de mercadorias e serviços que supostamente não teriam composto as bases de cálculo das referidas contribuições. Com isso, concluiu que parte dos créditos tributários de PIS e COFINS declarados nas DCTF vinculadas ao mandado de segurança, não corresponderiam efetivamente ao valor do ICMS destacado nas notas e assim foi expedida carta cobrança para pagamento desses valores. Após análise detalhada dessa cobrança, a Companhia entendeu que a Receita Federal do Brasil cometeu diversos equívocos na sua apuração do PIS e COFINS, assim para discutir o tema judicialmente através de uma Ação Anulatória, fez-se necessário garantir o Juízo através do depósito judicial do valor discutido. Em 31 de dezembro de 2022, conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, este processo foi classificado como perda possível. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Administração da Companhia reavaliou e concluiu que não há fatos ou fatores que mudem a conclusão anteriormente alcançada no momento da emissão das demonstrações financeiras. (d) **Processos classificados como perda possível ativos e passivos.** As causas classificadas como de risco possível de natureza fiscal, cível e trabalhista discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. A variação mais relevante se refere à dois processos tributários que deixaram de ser possíveis e passaram a ser remotos. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de natureza fiscal, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Fiscais	15.239	15.156
Glosa de créditos PIS e COFINS	—	4.186
Crédito de contribuição previdenciária s/ pagamento de lucro aos Administradores	2.968	3.080
Saldo negativo IRPJ e CSLL	—	6.686
Glosa de créditos IPI	—	178
Crédito de ICMS	—	—
Auto de Infração relacionado ao adicional de Contribuição para o Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho. (“GILRAT”)	2.266	—
Exclusão do crédito prêmio do IPI da base de cálculo do IRPJ e CSLL	2	—

Cíveis

Perdas e danos

Trabalhistas

Total Controladora e Consolidado

Dos processos fiscais passivos cujo a administração avalia que haja tratamento tributário incerto: (i) Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP an calendário 2019: Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para exigir créditos de IRPJ e CSLL, referentes aos 1º, 3º e 4º trimestre de 2019, supostamente devidos em razão da apuração e dedução de despesas com Juros sobre Capital Próprio (JCP) em valor superior ao admitido pela

legislação tributária, diante da utilização da base de lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados. Conforme informado por nossos assessores jurídicos o prognóstico de perda alterado de “possível” para “remoto” em 2025, tendo em vista que a dedutibilidade dos JCP pagos com base em lucros de exercícios anteriores é reconhecida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: (i) Recurso Especial (Resp) nº 1.086.752; (ii) Resp nº 1.955.120; (iii) Resp nº 1.946.363; (iv) Agravo em Recurso Especial (AREsp) nº 1.790.130; (v) Resp nº 1.941.263; (vi) nº Resp 1.944.892; e (vii) Resp nº 1.978.515. Observamos que o prognóstico de perda do contencioso administrativo é possível, mas ao considerar a possibilidade de recorrer dessa decisão ao Judiciário, e os precedentes acima citados, o efetivo risco de desembolso de recursos econômicos no futuro é remoto. A exigibilidade do crédito tributário discutido e que atualizado perfaz o montante de R\$21.352, permanecerá suspensa enquanto pender de julgamento o recurso administrativo interposto. (ii) Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP an calendário 2020: Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para exigir créditos de IRPJ e CSLL, referentes aos 1º, 3º e 4º trimestre de 2020, supostamente devidos em razão da apuração e dedução de despesas com Juros sobre Capital Próprio (JCP) em valor superior ao admitido pela legislação tributária, diante da utilização da base de lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados. Conforme informado por nossos assessores jurídicos o prognóstico de perda alterado de “possível” para “remoto” em 2025, tendo em vista que a dedutibilidade dos JCP pagos com base em lucros de exercícios anteriores é reconhecida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: (i) Recurso Especial (Resp) nº 1.086.752; (ii) Resp nº 1.955.120; (iii) Resp nº 1.946.363; (iv) Agravo em Recurso Especial (AREsp) nº 1.790.130; (v) Resp nº 1.941.263; (vi) nº Resp 1.944.892; e (vii) Resp nº 1.978.515. Observamos que o prognóstico de perda do contencioso administrativo é possível, mas ao considerar a possibilidade de recorrer dessa decisão ao Judiciário, e os precedentes acima citados, o efetivo risco de desembolso de recursos econômicos no futuro é remoto. A exigibilidade do crédito tributário discutido e que atualizado perfaz o montante de R\$76.073, permanecerá suspensa enquanto pender de julgamento o recurs administrativo interposto. A administração da Companhia entende que é mais provável que as autoridades fiscais aceitem essa tratativa do que não. **17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 no ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pelas controladas Rominor Comércio, Rominor Empreendimentos e PRODZ, para as quais o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido. As subsidiárias fora do Brasil seguem os regimes tributários locais. A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)

Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente

Juros sobre o capital próprio

Variação monetária Processo Selic

Reversão Processo Selic (Nota 10)

Pesquisa e desenvolvimento (“Lei do Bem” - Lei nº 11.196/05”)

Equivalência patrimonial

IR/CSLL diferidos não constituídos de subsidiárias

Participação de Administradores

Diferença de alíquota e/ou regime tributário

Outras adições (exclusões), líquidas

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Correntes

Diferidos

Total

Alíquota efetiva (Imposto de Renda e Contribuição Social)

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas refletem, principalmente, as diferenças entre as bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social calculadas pelos regimes do lucro real e do lucro presumido. Tais diferenças decorrem do fato de as controladas Rominor Comércio, Rominor Empreendimentos e PRODZ serem optantes pelo regime do lucro presumido nos exercícios apresentados. Adicionalmente, os valores refletem a não constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais das controladas no exterior, com exceção da BW, para a qual foram reconhecidos créditos fiscais diferidos, conforme avaliação da Administração quanto à probabilidade de realização. Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Corrientes	(17.414)	(5.567)	(24.690)	(11.947)
Diferidos	1.522	1.871	3.192	5.591
Total	(15.892)	(3.696)	(21.498)	(6.356)
	2025			2024

	2025	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Estojos - provisão para realização	28.829	7.194	2.595	9.789	24.940
Reintegração de máquinas	9.586	2.392	863	3.255	4.078
Prejuízo fiscal	—	—	—	880	—
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.420	354	128	482	1.035
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	8.445	2.107	760	2.867	6.318
Comissões condicionadas	646	161	58	219	1.042
Participação dos administradores	5.522	—	497	497	4.787
Outras diferenças ativas temporárias	934	461	84	545	8.609

Passivo (ii):

Diferenças temporariamente indutíveis passivas:

Baixa do deságio da controlada Rominor (4.563) (1.024) (378) (1.402) (4.563) (1.024) (378) (1.402)

Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladora

Prejuízo fiscal — — — 11.215 — — 10.597

Impostos diferidos - Vila Romi — — — (1.614) — — (2.038)

Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativo - consolidado

Ganho por compra vantajosa (“deságio”) na aquisição de controlada (ii) — 17.201 — 17.201 — 17.111 — 17.111

Mais valia apurado na aquisição Burkhardt + Weber (B+W) (ii) — 20.685 — 20.685 — 21.549 — 21.549

Impostos diferidos - Terreno Duque de Caixa 210 - Empreend. Adara — — — 845 — — —

Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado

(i) O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais não ultrapassam 10 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas. (ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referem-se substancialmente deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor Comércio, da Romi Itália e Burkhardt + Weber (B+W), como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou percimento do investimento. A movimentação dos tributos diferidos ativos e passivos, controladora e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é como segue:

(i) O ativo diferido registrado limita os valores cuja compensação amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais não ultrapassam 10 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado decorrente do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indeductíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indeductíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas. (ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referem-se substancialmente deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor Comércio, da Romi Itália e Burkhardt + Weber (B+W), como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento. A movimentação dos tributos diferidos ativos e passivos, controladora e consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é como segue:

★ continuação



ROMI

ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3

B3 LISTED NM



Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente. (b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: **Risco de preço das mercadorias:** esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. **Risco de taxas de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. **Risco de taxas de câmbio:** esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em “*hedge*” natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição a efeitos de tradução. A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar estadunidense e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação de efeitos de tradução são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação e fornecedores. **Riscos tributários:** esse risco está relacionado a mudança nas legislações tributárias e de entendimentos com relação as ações que a companhia figura como ré, que podem afetar direta ou indiretamente a rentabilidade da Companhia, sendo através de incremento de custo/despesa ou também pelo aumento da carga tributária sobre o lucro obtido. **Risco de crédito:** advém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos financiamentos são apresentados na Nota 13. A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data do contrato do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pela rubrica financiamentos:

	2026	2027/2028	2029/2033	Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos	133.834	129.483	170.812	—	434.129
FINAME Fabricante	156.283	116.070	125.459	12.371	410.184
Fornecedores	73.925	—	—	—	73.925

	2026	2027/2028	2029/2033	Consolidado	
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos	176.839	92.412	257.656	—	497.544
FINAME Fabricante	196.847	109.760	82.728	1.742	391.077
Fornecedores	110.420	—	—	—	110.420

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME Fabricante”. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. **Risco de gerenciamento de capital:** o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(-) Total dos financiamentos	966.036	720.401	1.021.466	855.484
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(220.589)	(118.450)	(376.534)	(261.597)
Aplicações financeiras (Nota 3)	(99.253)	(50.853)	(99.567)	(100.099)
Valores a receber - repasse FINAME fabricante (Nota 5)	(434.055)	(426.174)	(434.055)	(426.174)
Dívida (Caixa) líquida	212.139	124.924	111.310	67.614
Total do patrimônio líquido	1.246.630	1.226.745	1.246.630	1.229.013
Total do capital	1.458.769	1.351.669	1.357.940	1.296.627
Índice de alavancagem financeira - %	14,5%	9,2%	8,2%	5,2%

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM: (i) **Variações na moeda estrangeira:** As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora	
Caixa e equivalentes de caixa	5.114	
Duplicatas a receber	20.854	
Partes relacionadas a receber	112.031	
Outros créditos	778	
Partes relacionadas a pagar	(443)	
Financiamentos	(177.914)	
Fornecedores	(11.794)	
Outras contas a pagar	(452)	
Exposição passiva líquida	(51.826)	

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora		
Exposição ativa líquida	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
	(55.120)	(68.900)	(82.679)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando a cotação projetada para o ano de 2026, sendo de R\$5,76 e euro a R\$6,42. Os cenários II e III consideram um aumento do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários prováveis, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. (ii) **Variações na taxa de juros:** Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, da SELIC. Em 31 de dezembro de 2025, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI/SELIC.

	Controladora		Consolidado	
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculados ao CDI	239.189	302.360	—	—
Total de empréstimos e financiamentos vinculados ao SELIC	(31.215)	(31.215)	—	—
Exposição ativa líquida	207.974	271.145		

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos, líquido das aplicações financeiras, indexadas ao CDI/SELIC. As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com os seguintes cenários: O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2026, no valor de 15,0%. Os cenários I e II consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

	Controladora		
Exposição ativa líquida	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
	24.749	30.936	37.123

	Consolidado	
Exposição ativa líquida	Cenário provável	Cenário II
	32.266	48.399

(c) Instrumentos financeiros por categoria: Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Custo amortizado:	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	220.589	118.450	376.534	262.220
Aplicações financeiras	99.253	50.853	99.567	99.476
Duplicatas a receber	99.290	113.394	345.575	312.612
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	434.055	426.174	434.055	426.174
Partes relacionadas	115.562	110.945	—	—
Outros créditos, exceto adiantamentos e máquinas pendente reintegração	27.259	17.000	38.854	27.193
Depósitos judiciais	19.549	12.131	19.549	12.131
Passivos financeiros no custo amortizado:				
Financiamentos	555.852	329.324	611.282	464.407
Financiamentos - FINAME fabricante	410.184	391.077	410.184	391.077
Fornecedores	60.985	96.700	73.925	110.420
Outras contas a pagar	13.310	14.007	51.946	47.887
Dividendos	28.930	17.817	28.930	17.817
Partes relacionadas	33.860	41.878	—	—

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO: Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento, sendo: Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados. A Unidade de Negócio Máquinas ROMI, congrega as linhas de Máquinas Ferramenta (Tornos Convencionais, Tornos CNC - controle numérico computadorizado, Centros de Usinagem, Tornos Verticais, Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Mandrilhadoras) e Máquinas para Processamento de Plástico (injetoras de plástico com força de fechamento entre 70

e 1.500 toneladas e sopradoras de plástico para peças até 100 litros). A Unidade de Máquinas Burkhardt + Weber, cujos produtos são fabricados na subsidiária alemã, destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo, defesa, construção e mineração, energia, dentre outros. A Unidade de Negócio Fundidos e Usinados está capacitada para produzir aproximadamente 50.000 ton/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 40.000 kg. Apesar da unidade de negócio Fundidos e Usinados ter apresentado prejuízo operacional, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que leve à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis, conforme mencionado na NE 12.

As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com os segmentos da Companhia:

31 de dezembro de 2025					
Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Outros	Eliminações entre segmentos	Consolidado
804.454	345.111	177.147	—	—	1.326.712
(414.507)	(272.219)	(269.579)	—	—	(956.305)
3.487	—	70.068	—	(73.555)	—
(70.068)	—	(3.487)	—	73.555	—
323.366	72.892	(25.851)	—	—	370.407
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(94.033)	(34.931)	(6.124)	—	(135.088)
Gerais e administrativas	(91.294)	—	(17.849)	—	(109.143)
Pesquisa e desenvolvimento	(27.407)	—	(6.107)	—	(33.514)
Honorários da Administração	(11.182)	—	(5.619)	—	(16.801)
Outras receitas operacionais líquidas	16.534	—	—	1.028	17.562
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	115.984	37.961	(61.550)	1.028	93.424
Estoques	447.598	158.706	90.204	—	696.508
Depreciação e amortização	46.428	7.062	16.596	—	70.086
Imobilizado, líquido	307.664	72.641	166.188	—	546.493
Intangível	138	45.774	1	—	45.913
Europa	América Latina	América do Norte	África e Ásia	Total	
194.072	964.639	84.602	83.399	—	1.326.712

31 de dezembro de 2024					
Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Outros	Eliminações entre segmentos	Consolidado
814.599	234.959	177.529	(7.076)	—	1.220.011
(419.262)	(191.105)	(254.428)	—	—	(864.795)
2.532	—	71.033	—	(73.566)	—
(71.033)	—	(2.532)	—	73.566	—
326.836	43.854	(8.398)	(7.076)	—	355.216
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(92.608)	(19.233)	(6.652)	—	(118.493)
Gerais e administrativas	(59.325)	(30.447)	(16.928)	—	(106.700)
Pesquisa e desenvolvimento	(24.804)	—	(6.270)	—	(31.074)
Honorários da Administração	(10.249)	—	(4.251)	—	(14.500)
Outras receitas operacionais líquidas	2.112	—	—	26.059	28.171
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	141.962	(5.826)	(42.499)	18.983	112.620
Estoques	463.285	169.670	82.589	—	715.544
Depreciação e amortização	38.543	7.455	14.615	—	60.613
Imobilizado, líquido	275.461	74.956	147.003	—	497.420
Intangível	335	48.749	2	—	49.086
Europa	América Latina	América do Norte	África e Ásia	Total	
128.893	922.485	45.782	122.852	—	1.220.012

23. COMPROMISSOS FUTUROS: A Companhia firmou contrato de compra de energia elétrica para os próximos três anos, sendo 2026 com a Auren Energia, e para o período que sucede o contrato foi contratada a CTG Brasil, portanto, até 31 de dezembro de 2028, e passa a refletir os seguintes valores, os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IPCA:

Ano de fornecimento	Valor
2026	8.669
2027 e após	18.802
	27.471

A Administração da Companhia é da opinião de que esses contratos estão condizentes com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: A receita líquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercado interno	967.174	954.820	991.552	969.189
Mercado externo	91.764	97.264	479.897	391.306
Receita bruta de vendas	1.058.938	1.052.084	1.471.449	1.360.496
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(143.789)	(140.311)	(144.737)	(140.485)
Receita líquida de vendas	915.149	911.773	1.326.712	1.220.011





	Controladora		Consolidado	
25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA:	2025	2024	2025	2024
Depreciação e amortização	57.305	47.930	70.086	60.613
Despesas com pessoal	180.192	191.945	337.809	330.176
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	573.370	531.685	798.634	682.802
Frete	27.045	25.649	37.561	33.086
Outras despesas	10.481	25.685	6.761	28.885
Total	848.393	822.894	1.250.851	1.135.562
Classificados como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	670.979	650.903	956.305	864.795
Despesas com vendas	75.209	70.047	135.088	118.493
Despesas gerais e administrativas	52.150	56.612	109.143	106.700
Pesquisa e desenvolvimento	33.514	31.074	33.514	31.074
Participação e honorários da Administração	16.541	14.258	16.801	14.500
Total	848.393	822.894	1.250.851	1.135.562

	Controladora		Consolidado	
26. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	16.295	15.266	28.905	21.860
Juros de duplicatas a receber	6.696	2.211	6.696	2.211
Resultado financeiro no Éxito em Processo Judicial	5.399	4.935	5.399	4.935
Reversão do ganho Processo Judicial Selic (a)	(6.833)	—	(6.833)	—
Atualização monetária de depósito judicial	7.129	—	7.129	—
Outros	570	256	555	1.107
Total	29.256	22.668	41.851	30.113
Despesas financeiras:				
Juros de financiamento	(19.176)	(16.243)	(20.277)	(16.604)
Outras	(2.987)	(2.408)	(7.847)	(8.995)
Total	(22.163)	(18.651)	(28.124)	(25.599)

(a) Não incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização monetária e juros oriundos de indêbitos tributários - Processo Selic. Diante da ausência de fundamentação para discussão do tema na esfera judicial, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, decidiu, no 4º trimestre de 2025, desconhecer o crédito tributário relativo aos depósitos judiciais que havia sido reconhecido na rubrica de receitas financeiras em 30 de setembro de 2021 (Nota 10).

	Controladora		Consolidado	
27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS:	2025	2024	2025	2024
Resultado da venda de ativos	3.580	2.746	3.580	2.746
Empreendimento Vila Romi	—	—	1.027	16.059
Venda de terrenos de controladas	—	—	—	10.000
Empreendimento Adara (Nota 11)	—	—	12.581	—
Outros	374	(580)	374	(635)
Total	3.955	2.166	17.562	28.171

28

→ continuação			
<div><div></div><div>ROMI</div></div>		<div>ROMI S.A.</div> <div>Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63</div>	
		<div>ROMI3</div> <div>B3 LISTED NM</div>	<div></div> <div></div> <div>Índice de Ações com Tag Along Diferenciado</div>
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS			
<p>e intangíveis com vida útil definida, e, caso necessário, efetua o teste de impairment a fim de concluir sobre a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável destes ativos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi realizado teste de impairment para a UGC Máquinas Burkhardt+Weber (“B+W”) que possui ativo intangível de vida útil indefinida e para a UGC de Fundidos e Usinados, que apresentou indicativos de impairment. A diretoria da Companhia estimou os valores recuperáveis da UGC Máquinas B+W pelo valor em uso e da UGC de Fundidos e Usinados com base no valor justo líquido das despesas de vendas, conforme divulgado nas Notas 12 e 13, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consideramos este assunto como principal assunto de auditoria pois, além da relevância dos saldos, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da diretoria da Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis destas UGCs, e consequentemente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação da existência de indicadores de impairment para todas as UGCs da Companhia. • Confronto das informações e premissas utilizadas nos testes de impairment da UGC Máquinas B+W, quando aplicável, com os orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. • Com o apoio dos nossos especialistas em avaliações de ativos, para a UGC Máquinas B+W, realizamos testes sobre a razoabilidade dos modelos de cálculo e das premissas significativas utilizadas pela Companhia para o cálculo do valor em uso, bem como efetuamos teste de sensibilidade sobre as premissas. • Com apoio dos nossos especialistas em avaliação de ativos, avaliamos a competência e objetividade dos avaliadores externos contratados pela Companhia. bem como, realizamos testes sobre a razoabilidade do modelo e das premissas adotados para a avaliação do valor justo líquido das despesas de vendas dos ativos da UGC Fundidos e Usinados. • Efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o tema nas notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis destas UGCs, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas são consistentes com as evidências obtidas. Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de fevereiro de 2025, sem ressalvas. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Controladora e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Controladora e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p> <div><div></div><div>Campinas, 3 de fevereiro de 2026</div></div> <div><div>Diogo Maros de Carvalho</div><div>Contador</div><div>CRC 1SP248874/O-8</div></div>			
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
<p>Os diretores inframencionados, declaram que o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram por nós preparadas, revisadas, discutidas e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.</p> <div><div><div>Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente</div><div>Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente</div></div><div><div>Santa Bárbara d'Oeste, 03 de fevereiro de 2026</div><div>Fábio Barbanti Taiair - Diretor</div><div>Douglas Pedro de Alcântara - Diretor</div></div><div><div>Maurício Lanzellotti Lopes - Diretor</div><div>Tales Caires Aquino - Diretor</div></div></div>			
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES			
<p>Os diretores inframencionados declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório de Revisão emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ROMI S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p> <div><div><div>Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente</div><div>Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente</div></div><div><div>Santa Bárbara d'Oeste, 03 de fevereiro de 2026</div><div>Fábio Barbanti Taiair - Diretor</div><div>Douglas Pedro de Alcântara - Diretor</div></div><div><div>Maurício Lanzellotti Lopes - Diretor</div><div>Tales Caires Aquino - Diretor</div></div></div>			
RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS 2025			
<p>O Comitê de Auditoria e Riscos de ROMI S.A. (“Comitê”), eleito em 11/03/2025, no período entre sua eleição e a presente data se reuniu ao todo 6 vezes, sendo 4 reuniões com a presença do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, para análise das Informações Financeiras Trimestrais, conforme seu Regimento Interno. Os principais assuntos debatidos foram: 1. Atividades da Auditoria Interna, bem como a evolução e implementação dos planos de ação definidos para remediar as deficiências identificadas; 2. Informações Financeiras Trimestrais e Demonstrações Financeiras em conjunto com o Conselho Fiscal e a Auditoria Independente; 3. Carta de Recomendações da Auditoria Independente; 4. Orçamentos 2026 da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria e Riscos; 5. Plano de Auditoria realizado em 2025 e proposto para 2026; e 6. Programa de Compliance e Sistema de Gerenciamento de Riscos, incluindo Canal de Denúncias, Comitê de Diversidade e Inclusão, Questionário de Integridade do Instituto Ethos e implementação de práticas ESG, incluindo as recomendações das normas S1 e S2. Considerando a análise dos assuntos acima, incluindo as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 2024, o Comitê concluiu que a Companhia se encontra em conformidade com as normas legais, regulatórias, estatutárias e suas políticas.</p> <div><div>Márcio Guedes Pereira Júnior - Coordenador</div><div>Antônio Cândido de Azevedo Sodré Filho</div><div>Antônio Carlos Bonini Santos Pinto</div><div>Ana Carolina Ribeiro Strobel</div></div>			



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>